

Investidores pedem ao governo ajustes na privatização da Sabesp

Saneamento Governo e investidores ainda discutem formato; prospecto inicial deve sair no fim de junho para oferta ser realizada em julho

Interessados em Sabesp pedem ajustes na privatização

Tais Hirata e Fernando Guimarães De São Paulo

Investidores interessados na privatização da Sabesp têm negociado com o governo de São Paulo algumas mudanças no formato final da desestatização, que ainda está em discussão, segundo o apurou o Valor. Um dos pleitos é ampliar o poder de controle do acionista de referência, que terá 15% das ações e um terço do conselho de administração.

Um dos pontos questionados é que está na mesa o limite de voto, que ficou estabelecido em 30%. A discussão no momento, ainda segundo interlocutores, seria ampliar para 35%, o que representa a participação conjunta do acionista de referência e do Estado. Até aqui, contudo, uma decisão ainda não foi tomada.

Pessoas envolvidas nas conversas, que pediram anonimato, afirmam que nas próximas duas semanas deverá haver rodadas de negociação, em que poderão ser feitos ajustes. Parte das definições deverá ser discutida na próxima reunião do CDPEP (Conselho Diretor do Programa de Desestatização), prevista para a próxima segunda-feira (3). A expectativa é que o prospecto preliminar da oferta pública de ações saia no fim de junho, e que a oferta em si aconteça em julho, após o período de "roadshow", que são as con-

versas formais com investidores.

Outra demanda de grupos interessados já foi atendida pelo Estado: a derrubada da cláusula de não competição, que na prática poderia impedir que os acionistas estratégicos disputassem novas concessões pelo país, segundo fontes envolvidas no processo, que pediram anonimato.

A regra atrapalhava operadores de água e esgoto que já têm plataformas no país — é o caso sobretudo da Aegea, hoje a maior empresa privada do setor no Brasil, embora a Equatorial, outra grande candidata na disputa, também tenha um ativo de saneamento no Amapá.

Segundo fontes, os responsáveis pela estruturação reconhecem que a regra restringia a competição no mercado. A ideia é substituir a cláusula por uma outra regra para tentar evitar conflitos de interesse. Pela nova norma, se surgir alguma oportunidade de concessão pelo país, o sócio estratégico terá de avisar a companhia sobre seu interesse, e a Sa-

besp por sua vez terá de decidir se também irá disputar o ativo ou não — e, em caso positivo, se irá concorrer em parceria com seu sócio de referência ou, eventualmente, contra ele. Uma das fontes explica que a partir do momento em que o acionista comunicar seu interesse na oportunidade, ficaria impedido de participar de qualquer decisão sobre o tema.

Também estão em negociação outros pontos do acordo de acionistas que valerá a partir da privatização. O Estado deverá continuar com uma participação relevante, de cerca de 20% do capital da Sabesp. Para os interessados em se tornar sócio de referência, é importante ter garantias de que o Estado estará alinhado ao acionista privado nas decisões, dizem fontes. Com isso, o acerto é de que haverá algum tipo de penalização ao governo em caso de descumprimento desse acordo.

Para grupos financeiros interessados em compor os consórcios dos sócios de referência, há também um pleito para ampliar a possibilidade de compra de ações sem que o grupo sofra as travas do "poison pill" (criadas para impedir que um sócio se torne majoritário). A avaliação é que os limites dificultam, por exemplo, que fundos de ações das gestoras invistam na Sabesp, mesmo fora do bloco de controle.

Outro ponto que ainda precisa

Entenda a oferta

Governo de SP planeja fazer privatização em duas fases

Como será a gestão da Sabesp após a privatização?

A empresa não terá um só controlador, mas o Estado planeja trazer um acionista de referência, que terá 15% das ações e uma participação relevante no controle. O objetivo é trazer um sócio privado com capacidade de promover as transformações necessárias na gestão. O novo conselho de administração terá 9 membros: 3 indicados pelo sócio de referência, 3 pelo Estado (que manterá uma participação relevante) e 3 independentes.

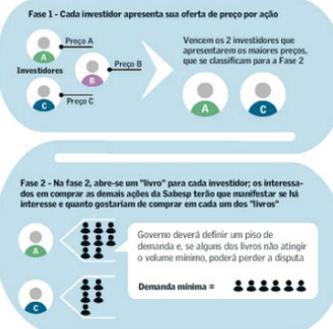
Como será feita a oferta de privatização da Sabesp?

Por meio de uma oferta subsequente pública de ações ("follow-on") na Bolsa. A oferta será feita em duas etapas. Na primeira, serão selecionados os 2 candidatos a acionista de referência que oferecerem o maior preço. Na segunda fase, o mercado irá selecionar o vencedor entre os dois: serão abertos dois "livros" para registrar o volume de interessados para cada sócio. Vencerá o "livro" mais vantajoso.

ser fechado é o modelo da oferta subsequente de ações ("follow-on", em inglês), que terá um mecanismo inovador: o processo será feito em duas etapas. Na primeira, serão selecionados dois acionistas de referência que oferecerem o maior preço por 15% da empresa. Na segunda etapa, serão formados dois "bookbuildings" (processo de coleta das intenções dos investidores no mercado) junto aos demais interessados em ser acionistas minoritários da empresa. Vencerá o sócio de referência que formar o "bookbuilding" mais vantajoso.

Após o anúncio do modelo, as regras foram alvo de críticas no mercado, que apontam fragilidade no critério e um risco de o acionista que oferecer o menor preço sair vencedor. O governo tem dito que vai manter o modelo, e reiterado que o formato não vai permitir que vença a pior proposta para o Estado, embora assessores próximos sejam menos enfáticos sobre a impossibilidade

Veja abaixo como será o processo de escolha do acionista de referência da Sabesp e os possíveis questionamentos



de mudanças, diz uma fonte.

Um pleito adicional do setor privado é o aumento do prazo para a apresentação das garantias dos bancos, que comprova que os candidatos a sócio de referência têm os recursos necessários. Hoje a previsão é que a garantia seja entregue um mês antes da oferta, período considerado muito apertado, afirma uma fonte do mercado. Como a previsão é de oferta em meados de julho, a garantia teria que ser apresentada em duas semanas. Porém, diz ela, as regras do "follow-on" nem sequer estão fechadas e, sem o prospecto publicado, os bancos não vão formalizar as garantias.

No mercado, a perspectiva hoje é de que a competição pelo posto de acionista de referência será baixa. Os dois principais grupos no páreo são a Equatorial (que tem como sócios os fundos Squadra, o Opportunity e o Canada Pension Plan) e a Aegea, que está compondo um consórcio que poderá incluir seus acionistas (Equi-

pav, GIC e Itaúsa), parceiros em outros projetos (Perfin e Kinea), eventualmente, outros sócios.

Fontes também avaliam que pode haver um terceiro competidor, como a francesa Veolia, a gestora IG4 Capital — que formou uma joint venture com a Water Asset Management e contratou a XP para tentar atrair outros investidores ao grupo — ou até mesmo a Cosan, que tem dito que não deve disputar. Eventuais novos interessados tampouco são descartados — recentemente o Mubadala chegou a pedir informações, mas já decidiu não seguir adiante, segundo fontes.

Procurada, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do governo paulista afirmou que os "detalhes da oferta ainda estão sendo definidos, e a decisão formal será fechada em reunião do conselho do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos]." Equatorial, Veolia, Aegea, IG4 Capital, Cosan e Mubadala não se manifestaram.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Empresas Caderno: B Pagina: 2